

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
3º QUADRIMESTRE DE 2025
AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
REALIZADA EM 27/02/2026.

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2025, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no mural e portal da Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade indicar se os gastos do Município, no atendimento das necessidades públicas são compatíveis com a sua arrecadação. Também visa evidenciar se a Administração Municipal consegue honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias.

Conforme a metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional através do Manual dos Demonstrativos Fiscais – MDF, no cálculo do Resultado Primário são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de investimentos, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

No período de Janeiro a Dezembro de 2025, o resultado primário foi de R\$ 7.205.924,42. Esse valor é superior ao valor inicialmente estabelecido de R\$ -128.990,42. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias, além de gerar excedentes para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 1.092.191,47 no período.

O superávit observado deveu-se, principalmente, ao comportamento positivo das receitas primárias - representadas pela arrecadação líquida da receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de investimentos temporários e permanentes e ainda as operações intraorçamentárias, efetivaram-se no montante de R\$ 43.615.507,04, correspondendo a 101,63% da meta prevista. O valor verificado foi superior às despesas primárias, representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos, que corresponderam, no mesmo período, a R\$ 36.409.582,62.

QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO – ACIMA DA LINHA

RECEITA	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas Correntes	42.998.000,00	39.997.591,35	93,02%
(-) Rendimentos de Aplicações	461.500,00	1.023.774,89	221,84%
1 (=) Receitas Primárias Correntes	42.536.500,00	38.973.816,46	91,62%
Receitas de Capital	379.000,00	4.641.690,58	1224,72%
(-) Operações de Crédito	0	0	
(-) Amortização de Empréstimos	0	0	
2 (=) Receitas Primárias de Capital	379.000,00	4.641.690,58	1224,72%
3 Receitas Primárias Totais (1+2)	42.915.500,00	43.615.507,04	101,63%
DESPESA	Programada no Período	Realizada no Período	%
Despesas Correntes	42.294.761,93	35.438.539,53	
(-) Juros e Encargos da Dívida	960.000,00	645.742,47	83,79%
4 (=) Despesas Primárias Correntes	41.334.761,93	34.792.797,06	67,26%
Despesas de Capital	10.862.572,42	2.063.234,56	84,17%
(-) Amortização da Dívida	650.000,00	446.449,00	18,99%

5 (=) Despesas Primárias de Capital	10.212.572,42	1.616.785,56	
6 Despesas Primárias Líquidas Totais (4+5)	55.055.996,35	36.409.582,62	68,68%
7 Resultado Primário (3 – 6)		7.205.924,42	

Observações:

a) conforme orientação expressa contemplada no item 03.06.01.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN:

a-1) as receitas e despesas intraorçamentárias deverão ser computadas no cálculo do resultado primário;

a-2) deve ser retirado do cálculo as receitas e despesas das fontes do RPPS;

2. ANALISE DO COMPORTAMENTO GLOBAL DA RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluídas operações intraorçamentárias, e excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2025 no montante de R\$ 48.220.000,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2025 foi de R\$ 52.082.295,92, tendo sido arrecadado, portanto, 108,01% da meta anual. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado positivo das receitas de capital, que atingiu o percentual de realização equivalente a 1.224,72% da programação anual.

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual	Realiz. no Período	% Real. No Período
1 – Receitas Correntes	47.841.000,00	47.440.605,34	99,16%
Receita Tributária	3.857.790,00	3.188.849,33	82,66%
Receita de Contribuições	1.610.000,00	1.484.650,02	92,21%
Receita Patrimonial	3.612.000,00	6.842.679,15	189,44%
Receita de Serviços	1.352.130,00	1.254.129,74	92,75%
Transferências Correntes	36.895.890,00	34.229.704,13	92,77%
Outras Rec. Correntes	513.190,00	440.592,97	85,85%
2 – Receitas de Capital	379.000,00	4.641.690,58	1224,72%
Operações de Crédito	0,00	0,00	
Alienação de Bens	379.000,00	0,00	0,00%

Transfer. De Capital	0,00	4.641.690,58	-
Total da Receita	48.220.000,00	52.082.295,92	108,01%
Saldos de exercícios anteriores (superávit financeiro)	3.998.627,42		

Fonte:

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (janeiro a dezembro), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 47.841.000,00. Os valores realizados corresponderam a R\$ 47.440.605,34, representando 99,16% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas foram às receitas de transferências correntes e as receitas patrimoniais, que figuraram, respectivamente, com 72,15% e 14,24% do total da receita corrente.

2.1.1 Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias (Receita Tributárias).

O Quadro a seguir demonstra o comportamento da arrecadação das receitas tributárias:

QUADRO 3 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Progr.
Impostos	3.408.630,00	2.874.081,69	84,32%
I P T U	551.630,00	377.355,52	68,41%
I R R F	1.244.000,00	1.262.411,99	101,48%
I T B I	360.200,00	209.109,95	58,05%
I S S Q N	1.252.800,00	1.025.204,23	81,83%
Taxas	441.460,00	314.767,64	71,30%
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	99.890,00	53.798,12	53,86%
Taxas p/ Prestação de Serviços	341.570,00	260.969,52	76,40%
Contribuição de Melhorias	7.700,00	0	0,00%
Total das Receitas Tributárias	3.857.790,00	3.188.849,33	82,66%

A Receita Tributária atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 3.188.849,33, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 3.857.790,00, que representa uma realização de 82,66% do valor estimado para o ano.

Conforme demonstrado no **Quadro 3**, o I P T U arrecadou 68,41% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 551.630,00, tendo sido arrecadados R\$ 377.355,52. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis, tendo sido impactada devido à concessão de isenções e remissões, específicas para contribuintes atingidos pela enchente no Município, e também devido a programas de incentivo fiscal com descontos para pagamento antecipado.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$ 360.200,00 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 209.109,95, 58,05% do valor previsto para 2025. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representaram um decréscimo de 17,48% em relação a igual período do exercício anterior.

Em relação ao I S S Q N, a arrecadação no período foi de R\$ 1.025.204,23, o que representa 81,83% da previsão. A frustração dessa importante fonte de receita municipal, deve-se à fatores econômicos, como a redução na demanda de serviços prestados e a inflação e juros altos o que aumenta o custo dos créditos, reduzindo o consumo de serviços, diminuindo a arrecadação.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 314.767,64, contra uma projeção de R\$ 441.460,00. Arrecadou-se, portanto, 71,30% da meta anual.

2.1.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de dezembro, o valor R\$ 1.484.650,02, correspondendo a 92,21% da previsão anual.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes das contribuições Sociais que registraram uma arrecadação de R\$ 1.369.516,60 correspondendo a 91,30% da projeção inicial.

QUADRO 4 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Contribuições Sociais	1.500.000,00	1.369.516,60	91,30%
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	110.000,00	115.133,42	104,67%
Total das Receitas de Contribuições	1.610.000,00	1.484.650,02	92,21%

2.1.3 Transferências Correntes

Conforme se visualiza no **Quadro 5**, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$ 15.488.925,54 no período, correspondendo a 88,76% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, a qual estimou uma variação positiva referente às transferências aos Estados e Municípios.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 7.063.192,60, ou seja 85,30% da expectativa inicial, que era de R\$ 8.280.000,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município.

QUADRO 5 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Transferências da União	19.716.640,00	18.732.498,43	95,01%
Cota parte do F P M	17.451.040,00	15.488.925,54	88,76%
Cota parte do I T R	73.600,00	59.285,45	80,55%
Cota Parte Fundo Especial Petróleo	386.400,00	323.691,18	83,77%
Cota Parte Compens. Financ. CFM	7.000,00	4.437,16	63,39%
Outros Recursos Não Vinculados	0	0	0
Transferências do SUS	931.600,00	1.861.708,07	199,84%

Transferências do F N A S	131.000,00	211.521,36	161,47%
Transferências do F N D E	614.000,00	514.264,20	83,76%
Transferência FUNDEB VAR	72.000,00	220.625,75	306,42%
Outras Transferências da União	50.000,00	48.039,72	96,08%
Transferências do Estado	10.759.960,00	9.828.351,80	91,34%
Cota Parte do I C M S	8.280.000,00	7.063.192,60	85,30%
Cota Parte do I P V A	1.196.000,00	1.090.686,34	91,19%
Cota Parte do IPI / Exportação	99.360,00	83.022,87	83,56%
Cota parte da C I D E	16.000,00	10.434,32	65,21%
Transf. Do Fundo Est. Saúde (FES)	517.000,00	511.502,80	98,94%
Transf. Fundo Est. Ass. Social(FEAS)	20.000,00	292.425,08	1462,13%
Transferências de Convênios	516.000,00	538.770,50	104,41%
Outras Transferências do Estado	115.600,00	223.317,29	193,18%

Fonte:

2.1.4 - Transferências do F U N D E B

O quadro a seguir evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a dezembro o Município recebeu, do referido fundo, em razão do nº de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de R\$ 5.646.336,75, representando 89,38% da previsão anual. Por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo fundo com R\$ 5.429.234,74 (85,94% do total previsto para o ano) que corresponde ao montante do FUNDEB efetivamente aplicado para apuração do índice mínimo constitucional da educação (25%), considerando a nova metodologia de cálculo aplicada pela STN e pelo TCE/RS.

QUADRO 6 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real /Previsto
Valores Recebidos do FUNDEB	6.317.290,00	5.646.336,75	89,38%
Valores Transferidos para o FUNDEB – 20% (-) dedução das receitas de Impostos e Transferências Constitucionais (montante que será considerado como efetivamente aplicado na apuração do índice mínimo constitucional da educação (25%))	6.317.290,00	5.429.234,74	85,94%
Ganho / Perda com o FUNDEB		217.102,01	

Fonte:

2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 1224,72% do projetado. A maior previsão e, também, maior frustração verificada nesse grupo ocorreu nas receitas de Alienação de Bens, que não demonstraram ingressos diante do projetado. Na composição dessa receita, prevalece o item Transferências de capital, que teve desempenho favorável realizando um ingresso de R\$ 4.398.193,44.

QUADRO 7 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas de Capital	379.000,00	4.641.690,58	1224,72%
Operações de Crédito	0	0	
Alienação de Bens	379.000,00	0	0,00%
Transferências de Capital União	0	4.398.193,44	
Transferências Convênios Estado	0	243.497,14	

Fonte:

3. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO GLOBAL DA DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o R P P S, no período de janeiro a dezembro de 2025, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,80, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 9.944.330,84.

Esse resultado da execução orçamentária contribuiu para o atingimento das metas fiscais estabelecidas para o período. Em síntese, o total executado das despesas correntes foi de R\$ 37.006.418,29, correspondendo a 93,06% das dotações. As despesas de capital totalizaram R\$ 5.131.546,79, ou seja, 171,73% do total dos créditos iniciais autorizados.

QUADRO 8 – RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	48.220.000,00	52.082.295,92	108,01

Despesa Liquidada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	39.767.100,00	37.006.418,29	93,06%
Pessoal e Encargos Sociais	22.549.100,00	20.562.805,91	91,19%
Juros e Encargos da Dívida	1.010.000,00	645.742,47	63,93%
Outras Despesas Correntes	16.208.000,00	15.797.869,91	97,47%
Despesas de Capital	2.988.100,00	5.131.546,79	171,73%
Investimentos	2.338.100,00	4.690.831,50	200,63%
Amortização da Dívida	650.000,00	450.715,29	69,34%
Reserva de Contingência	4.797.000,00		0,00%
(2) Despesa Total	47.552.200,00	42.137.965,08	88,61%
Resultado Orçamentário (1-2)		9.944.330,84	93,06%
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		0,8090	

3.1 – Despesas com Juros e Amortização da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$ 645.742,47, correspondendo a 63,93% do total estimado para o período. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 450.715,29, representaram um desembolso correspondente a 69,34% do total programado.

Nesse aspecto, cabe aqui um registro: conforme demonstrado anteriormente, não houve liberações de operações de crédito, para um valor amortizado de R\$ 450.715,29 e um pagamento de juros de R\$ 645.742,47. Essa ocorrência indica, então, que o Município, além de honrar com a totalidade do pagamento dos juros, também realizou amortização líquida do principal de sua dívida.

3.2 – Investimentos Realizados

Já em relação às despesas com investimentos, superaram ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 2.338.100,00, apresentando uma execução de R\$ 4.680.831,50. Essa situação decorre do desempenho positivo da receita no período. Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

Obras e instalações:

- Calçamento de Ruas e Avenidas = R\$ 1.187.756,81
- Prédios Escolares = 5.000,00
- Pontes = 2.521.561,55

Equipamentos e material permanente: R\$ 527.798,33

4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 05/2024, do Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais.

Nos quadros a seguir estão especificados, respectivamente, a Receita Corrente Líquida (Quadro 9) e das Despesas com Pessoal do Poder Executivo/Indiretas e do Poder Legislativo, de acordo com a metodologia de cálculo estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado. Os valores se referem ao período de Janeiro a Dezembro de 2025.

QUADRO 9 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Discriminação	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	47.440.605,34
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,0
(-) Contribuições do Servidor Civil Ativo – Principal	1.369.516,60
(-) Compensações Financeiras entre Regime Geral e os RPPS	254.593,13
(-) Receitas do RPPS – Remunerações (Rendimentos de Aplicações) e Outras Receitas	5.818.904,26
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – GERAL	39.997.591,35
(-)Valor das Emendas Parlamentares Individuais	200.000,00
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – PARA FINS DE ENDIVIDAMENTO	39.797.591,35
(-) Valor das Emendas Parlamentares de Bancada	0,0
(-) Receitas arrecadadas na FR 1604 (ACS e ACE) e NR 1.7.0.00.0.0.00	197.340,00
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – PARA FINS DE GASTOS COM PESSOAL	39.600.251,35

QUADRO 10 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	18.751.922,55	47,35%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	944.432,09	2,38%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	19.696.354,64	49,74%	57%	60%

5. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas pelo critério da liquidação/empenho da despesa, conforme estabelecido no Anexo I da

Instrução Normativa nº 11/2025, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 8.972.262,08, o que corresponde a 27,96% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no Quadro 7, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi superavitário em relação ao FUNDEB.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 14.113/2020, uma parcela não inferior a 70% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 4.634.680,69, o que corresponde a 79,55% dos recursos do referido fundo, atendendo o dispositivo legal supracitado.

**QUADRO 11 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

BASE DE CALCULO DA RECEITA EDUCAÇÃO	32.088.429,23	
Mínimo a Aplicar em MDE (25%)	8.022.107,31	
GASTOS CONSTITUCIONAIS COM EDUCAÇÃO (MDE+FUNDEB)	8.972.626,08	27,96%

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 7.700.674,57, o que corresponde a 25,65% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

**QUADRO 12 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

TOTAL DAS RECEITAS	30.020.258,33	
Mínimo a Aplicar em ASPS (15%)	4.503.038,75	
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS	7.700.674,57	25,65%

7. ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA – RESULTADO NOMINAL PELO CRITÉRIO ABAIXO DA LINHA.

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal pelo critério abaixo da linha foi de R\$ 7.962.156,06, o qual foi apurado de acordo com a metodologia utilizada pela STN conforme disposição da 15ª edição do MDF para o cálculo do resultado nominal estabelecida no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Por esta metodologia efetua-se a verificação da variação do saldo do endividamento no período, que representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência. Caso o ente federativo não possua dívida consolidada, ou seja, sua DC seja igual a zero, o resultado nominal abaixo da linha será calculado apenas com base na variação dos estoques de disponibilidades financeiras do ente, ou seja, representará a diferença entre o saldo das “DEDUÇÕES” em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao apurado em 31 de dezembro do exercício de referência. Assim, caso o resultado seja negativo = déficit e caso positivo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida consolidada líquida do Município apresenta um saldo inferior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma diminuição no nível de endividamento municipal, evidenciando atingimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do

Senado Federal e, conseqüentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUADRO 13 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL

Especificação	Saldo Em 31/12/2024(A)	Saldo Em 31/12/2025 (B)
I – Dívida Consolidada ou Fundada	4.190.187,83	3.739.473,00
II – Deduções	7.152.307,38	14.663.748,61
Disponibilidade de caixa	7.149.574,42	14.661.015,65
Disponibilidade de caixa bruta	7.868.060,35	15.052.833,10
(-)Passivo Circulante (Obrig.Financeiras)	718.485,93	391.817,45
Demais Haveres Financeiros	2.732,96	2.732,96
III – Dív.Consolidada Líquida (sem RPPS) (III = I – II)	-2.962.119,55	-10.924.275,61
Resultado Nominal (sem RPPS) IV = (A-B)		7.962.156,06

Como se verifica, a dívida pública consolidada apresentou saldo de R\$ 3.739.473,00, assim discriminados: Operações de Crédito junto a Caixa Econômica Federal secretaria de obras - contrato 0532.08031 R\$ 0,46, e Operações de Credito FINISA Pavimentação R\$ 3.739.472,54, Comparando-se esse saldo com aquele obtido ao final do exercício anterior, verifica-se que houve decréscimo da ordem de 6,61%, conforme demonstrativo acima.

Com relação à Dívida Consolidada Líquida – DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida – RCL não deve ultrapassar o limite de 1,20 observa-se que, no final do quadrimestre em análise, atingimos o índice de 0,00, demonstrando, assim, que a Administração Municipal está cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

8 - Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar

Outro importante indicador da prudência fiscal definido na LRF diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado com a disponibilidade de caixa. Em 2025, os Restos a Pagar do Poder Executivo e Legislativo foram de R\$ 5.276.412,88 e R\$ 480,05, respectivamente. Já as disponibilidades do Executivo alcançaram R\$ 16.625.105,44, ao passo que as do Legislativo ficaram em R\$ 480,20. A relação “Saldo de Caixa / Restos a Pagar”, pode ser visualizada no quadro a seguir:

QUADRO 15 – COMPARATIVO DE RESTOS A PAGAR X DISPONIBILIDADES

Especificação	Disponibilida de de Caixa Bruta	Restos a Pagar de Exerc. Anteriores	Inscrições do Exercício	Disp. Financeira Líquida
Recursos – Poder Legislativo	480,20	0,05	480,00	0,15
Recursos – Poder Executivo	16.625.105,44	1.096.105,49	4.180.307,39	11.348.692,5
T O T A I S----- >	16.625.585,64	1.096.105,54	4.180.787,39	11.348.692,65

9. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Conforme a Lei Municipal nº 1108/2011, o Município de Paraíso do Sul instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 10.813.570,63, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram uma liquidação total de R\$ 5.006.188,44 obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 5.807.382,19, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 48.371.151,43, os quais se encontram depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos. O quadro a seguir evidencia a posição das contas previdenciárias ao final do quadrimestre.

QUADRO 14 – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
RECEITAS CORRENTES (I)		8.757.000,00	10.813.570,63		
Receita de Contribuições dos Segurados		1.500.000,00	1369.516,60		
Ativo		1.500.000,00	1.369.516,60		
Inativo		-	-		
Pensionista		-	-		
Receita de Contribuições Patronais		3.914.000,00	3.370.556,64		
Ativo		3.914.000,00	3.370.556,64		
Inativo		-	-		
Pensionista		-	-		
Receita Patrimonial		3.150.000,00	5.818.904,26		
Receitas Imobiliárias		-	-		
Receitas de Valores Mobiliários		3.150.000,00	5.818.904,26		
Outras Receitas Patrimoniais		-	-		
Receita de Serviços		-	-		
Outras Receitas Correntes		193.000,00	254.593,13		
Compensação Financeira entre os regimes		193.000,00	254.593,13		
Receitas de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹		-	-		
Demais Receitas Correntes		-	-		
RECEITAS DE CAPITAL (III)		-	-		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		-	-		
Amortização de Empréstimos		-	-		
Outras Receitas de Capital		-	-		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I+III-II)		8.757.000,00	10.813.570,63		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	5.590.000,00	4.972.687,46	4.972.687,46	4.971.766,10	-
Aposentadorias	5.200.000,00	4.598.073,86	4.598.073,86	4.597.743,66	-
Pensões por Morte	390.000,00	374.613,60	374.613,60	374.022,44	-
Outras Despesas Previdenciárias	130.000,00	33.500,98	33.500,98	33.500,98	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas	130.000,00	33.500,98	33.500,98	33.500,98	-

Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	5.720.000,00	5.006.188,44	5.006.188,44	5.005.267,08	-

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²	3.037.000,00	5.807.382,19	5.807.382,19	5.808.303,55	-
--	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	----------

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	48.371.151,43
Outros Bens e Direitos	25.962.353,11

COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – encontram-se abaixo dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o atingimento das metas fiscais estabelecidas, bem como o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Carla Regina Ruff
Secretária Municipal
da Fazenda e Planejamento

Aluisio Alison Honnef
Contador mat. 801-0